

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. São Paulo, 7 de março de 2019

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Notas	2018	2017
Ativo Circulante		106.888	103.106
Disponibilidades	4	529	1.111
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	22.037	11.007
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	1.891	5.756
Carteira própria		1.891	5.756
Operações de crédito	6	77.799	78.155
Setor privado		87.948	88.025
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosas)		(10.149)	(9.870)
Outros créditos	7	2.460	4.641
Outros valores e bens	8	2.172	2.436
Bens não de uso próprio		1.422	1.281
Despesas antecipadas		750	1.155
Não circulante			
Realizável a longo prazo		51.889	63.964
Operações de crédito	6	41.085	53.286
Setor privado		46.680	56.732
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosas)		(5.595)	(3.446)
Outros créditos	7	10.412	10.398
Outros valores e bens	8	392	280
Despesas antecipadas		392	280
Permanente		1.381	1.286
Imobilizado de uso		483	511
Outras imobilizações de uso		1.453	1.333
(Depreciações acumuladas)		(970)	(822)
Intangível		898	775
Ativos intangíveis		1.483	1.152
(Amortizações acumuladas intangível)		(585)	(377)
Total do ativo		160.158	168.356

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Passivo Circulante		35.444	68.174
Depósitos	9	3.803	7.634
Depósitos a prazo		3.803	7.634
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	28.389	56.318
Recursos de aceites cambiais		28.389	56.318
Outras obrigações	10	3.252	4.222
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		79	118
Fiscais e previdenciárias		437	698
Diversas		2.736	3.406
Não circulante			
Exigível a longo prazo		84.778	61.739
Depósitos	9	11.682	12.872
Depósitos a prazo		11.682	12.872
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	73.096	48.867
Recursos de aceites cambiais		73.096	48.867
Patrimônio líquido	11	39.336	38.443
Capital		27.500	27.500
De domiciliados no País		27.500	27.500
Reservas de lucros		12.436	10.943
Total do passivo e patrimônio líquido		160.158	168.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Legal	Reserva Estatutárias	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	27.500	1.384	6.091	-	34.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.169	6.169
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.701)	(2.701)
Reserva legal	-	308	-	(308)	-
Reserva especial de lucro	-	-	3.160	(3.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.500	1.692	9.251	-	38.443
Saldos em 01 de janeiro de 2018	27.500	1.692	9.251	-	38.443
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.077	4.077
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.584)	(2.584)
Reserva legal	-	204	-	(204)	-
Reserva especial de lucro	-	-	1.289	(1.289)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.500	1.896	10.540	-	39.936
Saldos em 01 de julho de 2018	27.500	1.800	10.000	-	39.300
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.930	1.930
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.294)	(1.294)
Reserva legal	-	96	-	(96)	-
Reserva especial de lucro	-	-	540	(540)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.500	1.896	10.540	-	39.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, ("Instituição" ou "Financeira"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução do valor recuperável - *impairment* - de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 7 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título "Ajuste de avaliação patrimonial"; **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses, a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/99, para determinação do nível de risco. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN. **e) Cessões de crédito:** As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros serão baixados se a compra ou a venda da carteira for com retenção ou sem retenção/transfêrencia substancial dos riscos e benefícios. **f) Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **g) Despesas antecipadas:** A partir de 1º de janeiro de 2015, conforme Circular nº 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela origem das operações de créditos são reconhecidas ao resultado na fração de um terço (1/3) e dois terços (2/3) em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante, durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da Circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **h) Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais, em função da vida útil econômica dos bens: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos: 10% ao ano; e equipamentos de informática e veículos: 20% ao ano. **i) Intangível:** O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função da vida útil econômica dos bens. **j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de

seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **k) Depósitos e recursos de aceites cambiais:** As captações prefixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "prorata" dia até as datas dos balanços. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº1.591. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%. **m) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 31 de dezembro de 2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006, e nº 4.441, de 29 de outubro de 2015, do CMN que determinam que a Instituição, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, cumulativamente, às seguintes condições: **• Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, com base em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários de imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do exercício. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. **n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de prova, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados nem divulgados. **• Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **p) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **q) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.**

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Exercícios	2018	2017
No início do exercício		12.118	7.964
Disponibilidades		1.111	960
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)		11.007	7.004
No final do exercício		22.566	12.118
Disponibilidades		529	1.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)		22.037	11.007
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		10.448	4.154
(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis, remuneradas às taxas praticadas no mercado e são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.			

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários, estão compostas como segue:

	2018	2017
Até 3 meses contábil	Valor	Valor de mercado
	1.891	1.891
	1.891	5.756
Total	1.891	1.891

Títulos disponíveis para venda

Quotas de fundos de investimento

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)

	Notas	2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
Receitas da intermediação financeira		26.226	54.813	56.029
Operações de crédito	6e	25.272	52.573	53.391
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	741	1.460	2.145
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		213	780	493
Despesas da intermediação financeira		(12.496)	(27.533)	(28.936)
Operações de captação no mercado	9b	(5.320)	(11.204)	(15.266)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(7.176)	(16.329)	(13.670)
Resultado bruto da intermediação financeira		13.730	27.280	27.093
Outras receitas/despesas operacionais		(9.896)	(19.713)	(17.902)
Receitas de prestação de serviços	13	5.506	12.171	10.690
Despesas de pessoal	14	(1.017)	(2.162)	(1.818)
Outras despesas administrativas	15	(11.997)	(26.074)	(22.467)
Despesas tributárias	16	(1.489)	(3.169)	(2.855)
Outras receitas operacionais		436	1.899	463
Outras despesas operacionais		(1.335)	(2.378)	(1.915)
Resultado operacional		3.834	7.567	9.191
Resultado não operacional		(186)	(174)	162
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.648	7.393	9.353
Imposto de renda e contribuição social		(1.718)	(3.316)	(3.184)
Provisão para imposto de renda	12a	(301)	(1.283)	(1.892)
Provisão para contribuição social	12a	(294)	(1.089)	(1.591)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12c	(1.123)	(944)	299
Lucro líquido do período		1.930	4.077	6.169
Número de Ações		28.668.532	28.668.532	28.668.532
Lucro líquido por ação - em R\$		0,07	0,14	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios antes do imposto de renda e da contribuição social		3.648	7.393
Ajuste para conciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais		7.593	17.302
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		7.176	16.329
Depreciação e amortizações		196	356
Provisão de passivos contingentes		221	617
Lucro líquido ajustado		11.241	24.695
(Aumento)/(redução) nos ativos operacionais		(17.792)	(1.468)
Títulos e valores mobiliários</			

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
= Saldo no início do semestre/exercícios	15.766	13.316	13.029	
(+) Constituição	7.176	16.329	13.670	
(-) Baixados para prejuízo	(7.198)	(13.901)	(13.383)	
= Saldo no fim do semestre/exercícios	15.744	15.744	13.316	
Curto prazo	10.149	10.149	9.870	
Longo prazo	5.595	5.595	3.446	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens. A recuperação dos valores transferidos para prejuízo correspondeu no exercício o montante de R\$ 1.784 (R\$ 2.103 em 2017). As operações originadas em renegociação representam o montante de R\$ 27.735 (R\$ 25.101 em 2017) no período. No exercício foram cedidos créditos que representam o montante de R\$ 71.238 (R\$ 37.353 em 2017) sem coobrigação.

7. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Exercícios	
	2018	2017
Rendas a receber	2	3
Adiantamentos diversos	28	13
Impostos e contribuições a compensar	1.094	2.354
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12c)	11.512	12.721
(-) Reversão provisão 5% CSLL - Lei 13.169/15	-	(245)
Devedores diversos	236	193
Total	12.872	15.039
Curto prazo	2.460	4.641
Longo prazo	10.412	10.398

8. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não destinados a uso: Correspondentes a veículos e imóveis disponíveis para venda, recebíveis em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2018, seus saldos totalizavam R\$ 1.422 (R\$ 1.281 em 2017).

b) Despesas antecipadas:

	Exercícios	
	2018	2017
Comissão sobre colocação de Letras de Câmbio	975	496
Custo de origemação de operações de crédito	164	930
Outras	3	9
Total	1.142	1.435
Curto prazo	750	1.155
Longo prazo	392	280

9. DEPÓSITOS A PRAZO E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

a) Abertura por prazo de vencimento:

	Até 3 meses		3 a 12 meses		1 a 3 anos		3 a 5 anos		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Depósitos a prazo - DPGE	-	1.078	1.510	-	2.588	5.169				
Recibo de depósitos bancários - RDB	823	1.902	8.690	1.482	12.897	15.337				
Recursos de aceites cambiais - LC	4.997	23.392	68.386	4.710	101.485	105.185				
Total	5.820	26.372	78.586	6.192	116.970	125.691				

b) Despesas com operações de captação do mercado:

	2º semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Despesa de captação com DPGE	123	258	660	
Despesa de captação com RDB	516	1.223	1.000	
Recursos de aceites cambiais	4.602	9.547	13.399	
Outras despesas de captação	79	176	207	
Total	5.320	11.204	15.266	

As taxas praticadas variaram entre 111% e 126% em 2018 (111% e 130% em 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Exercícios	
	2018	2017
Cobrança e arrecadação tributos e assemelhados	79	118
Provisão para pagamento a efetuar	129	549
Fiscais e previdenciárias	437	698
Provisão para passivos contingentes (Nota 10.1)	1.357	1.863
Comissões a pagar	54	77
Operações de crédito a liquidar	272	244
Outras contas a pagar	678	646
Outras obrigações diversas	246	27
Total	3.252	4.222

10.1 Provisão para passivos contingentes: **a) Composição das provisões:** A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em "Remota", "Possível" e "Provável", levando em conta as possibilidades de ocorrência de perda. **b) Causas com prognóstico de perda:** A Instituição possui processos trabalhistas e cíveis cujos valores somam R\$ 1.557 (R\$ 6.859 em 2017), para os quais provisionou R\$ 1.357 (R\$ 1.863 em 2017). **c) Movimentação das provisões:** A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2018	
	Constituição	(Pagamentos)	(Reversão)	31/12/2018
Ações trabalhistas	854	272	(123)	(269)
Ações cíveis	1.009	345	-	(731)
Total	1.863	617	(123)	1.357

	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/12/2017	
	Constituição	(Pagamentos)	(Reversão)	31/12/2017
Ações trabalhistas	607	322	(39)	(36)
Ações cíveis	831	323	(108)	(37)
Outras provisões	406	-	-	(406)
Total	1.844	645	(147)	1.863

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O Capital social é de R\$ 27.500 e está representado por 28.668.532 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. **b) Reserva legal:** A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. **c) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. **d) Juros sobre o capital próprio:** Durante os exercícios, foram provisionados e pagos juros de capital próprio no montante a seguir:

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre capital próprio	2.584	2.701		
Imposto de renda retido na fonte	(388)	(405)		
Total líquido	2.196	2.296		

e) Reservas especiais de lucros: O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do exercício considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antes do JCP	7.393	7.393	9.353	9.353
(-) Juros sobre capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conforme movimentação evidenciada na DMPL	(2.584)	(2.584)	(2.701)	(2.701)
Adições	17.168	17.168	14.846	14.846
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.329	16.329	13.670	13.670
Provisão para contingências	617	617	645	645
Despesas não dedutíveis	79	79	508	508
Outras adições	143	143	23	23

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Exclusões	(16.533)	(16.533)	(13.539)	(13.539)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(14.850)	(14.850)	(12.721)	(12.721)
Reversão/pagamento de provisão para contingências	(1.123)	(1.123)	(626)	(626)
Reversão/pagamento de provisões operacionais	(560)	(560)	(192)	(192)
Lucro real antes imposto de renda e da contribuição social	5.444	5.444	7.959	7.959
Total de imposto de renda e contribuição social	1.283	1.089	1.892	1.591

(-) Dedução incentivos fiscais - Lei Rouanet/FUMCAD/Esporte/Idosos

Aliquota de 15% I.R.	(54)	-	(73)	-
Aliquota de 20% CSLL	817	-	1.194	-
Adicional 10% Lei Ordinária 13.169 de 06/10/2015	-	1.089	-	1.591
Ativo fiscal diferido	520	-	771	-
Total	(139)	1.083	(302)	3

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.360	27.360	25.881	25.881
Provisões para contingências	1.357	1.357	1.863	1.863
Demais provisões temporárias	62	62	525	525
Total das diferenças temporárias	28.779	28.779	28.269	28.269
Total do crédito tributário	7.195	4.317	7.067	5.654

b) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e as expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização				
	2019	2020	2021	2022	2023
Total	5.307	4.266	4.977	5.851	6.674
IRPJ	1.410	1.134	1.323	1.555	1.774
CSLL	846	680	794	933	1.064
Total	2.256	1.814	2.116	2.488	2.838

Resultado estimado

	Expectativa de realização				
	2019	2020	2021	2022	2023
Total	5.307	4.266	4.977	5.851	6.674
IRPJ	1.410	1.134	1.323	1.555	1.774
CSLL	846	680	794	933	1.064
Total	2.256	1.814	2.116	2.488	2.838

Valor em 31/12/2018

Em 31 de dezembro de 2018, os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 9.475, considerando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 6,5% ao ano.

c) Movimentação dos créditos tributários:

	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2018	
	Constituição	(Realização)	Constituição	(Realização)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.646	1.012	(1.714)	10.944
Provisões para contingências	838	208	(503)	543
Demais provisões temporárias	237	471	(683)	25
Total dos créditos tributários	12.721	1.691	(2.900)	11.512

	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/12/2017	
	Constituição	(Realização)	Constituição	(Realização)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.219	6.151	(5.724)	11.646
Provisões para contingências	830	124	(116)	838
Demais provisões temporárias	107	178	(48)	237
Total dos créditos tributários	12.156	6.453	(5.888)	12.721

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Tarifa de cadastro - Desconto	58	146	240	
Tarifa de cadastro - Veículos	5.247	11.654	9.998	
Outras receitas de serviços	201	371	452	
Total	5.506	12.171	10.690	

14. DESPESA DE PESSOAL

	2º semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Tarifa de cadastro - Desconto	58	146	240	
Tarifa de cadastro - Veículos	5.247	11.654	9.998	
Outras despesas de pessoal	201	371	452	
Total	5.506	12.171	10.690	

	2º semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração	(469)	(1.023)	(914)	
Encargos	(137)	(281)	(264)	
Benefícios	(411)	(813)	(659)	
Treinamento	-	(45)	(57)	
Outras provisões	-	-	(24)	
Total	(1.017)	(2.162)	(1.819)	

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercícios	
	2018	2017	2018	2017
(4.877)	(10.528)	(7.794)		
(3.428)	(7.932)	(7.722)		
(1.549)	(3.081)	(2.397)		
(385)	(827)	(874)		
(448)	(1.066)	(998)		
(78)	(154)	(133)		
(116)	(241)	(256)		
(50)	(84)	(22)		
(197)	(357)	(240)		
(179)	(229)	(131)		
(396)	(792)	(645)		
(248)	(407)	(351)		
(46)	(376)	(904)		
Total	(11.997)	(26.074)	(22.467)	

(a) Referem-se principalmente a despesas com partes relacionadas de R\$ 7.533, em 2018, e de R\$ 5.750, em 2017, respectivamente (vide nota 17 - Transações com partes relacionadas). **(b)** Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a correspondentes no país. **(c)** Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames. **(d)** Referem-se principalmente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se

manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/0-8

Luiz Carlos Oseliero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/0-6

Deloitte.